

3. ARCABOUÇO TEÓRICO E METODOLÓGICO

O modelo teórico adotado aqui está inserido no âmbito dos estudos de gênero da Teoria Queer e dos Estudos Feministas (Sedwick, 1990; Butler, 1990; Seidman, 1996), do conceito de estigma (Goffman, 1963; Shih, 2004), dos conceitos de posicionamento (Davies e Harré, 1990; Harré e Van Langenhove, 1999; Moita Lopes, 2001) e alinhamento (Goffman, 1979), da Análise da Narrativa (Mishler, 2002; Linde, 1993; Labov, 1972; Bastos, 2005), e da Sociolinguística Interacional (Gumperz, 1982; Pereira, 2002), contando com contribuições da Sociologia (Bourdieu, 1999; Adelman, 2000), da Antropologia (Heilborn, 1999; Parker, 1999), da Filosofia (Foucault, 1978), da Psicologia Social (Nunan, 2001) e da História (Fout, 1992; Berutti, 2000). A natureza da pesquisa é, portanto, interdisciplinar.

Para podermos analisar, compreender e interpretar as narrativas dos sujeitos entrevistados, a perspectiva da Teoria Queer e dos Estudos Feministas sobre sexo e gênero são fundamentais.

Segundo a Teoria Queer e os Estudos Feministas, sexo e gênero são vistos como construções sociais, portanto, em nenhum momento são considerados óbvios ou naturais. Essa abordagem é necessária sobretudo para que possamos compreender como a matriz cultural de inteligibilidade foi construída e como os sujeitos deslocam e mantêm esta matriz a fim de construírem suas performances homoafetivas.

Como a matriz de inteligibilidade estabelece que certas performances de gênero são ininteligíveis, colocando-as como marginais, o conceito de estigma é de grande valia, pois ajuda-nos a perceber de que maneira o estigma interfere nas construções de performances dos sujeitos analisados.

Considerando-se que as performances homoafetivas são realizadas a partir de narrativas de histórias de vida dos sujeitos, é necessário identificar os posicionamentos e alinhamentos construídos que revelem estas performances, o que faço através dos instrumentos da Análise da Narrativa.

A matriz cultural de inteligibilidade e o conceito de estigma têm relação com contextos sociais mais amplos, logo, com o nível macro, contudo, sua percepção se dá na

interação local, no momento de narrar histórias de vida, portanto, no nível micro. Dessa forma, a Sociolinguística Interacional é útil, pois estabelece ligações entre os dois níveis.

Assim, as seções seguintes abordarão mais especificamente Teoria Queer, conceito de estigma, Análise da Narrativa, posicionamento e alinhamento, Sociolinguística Interacional.

A metodologia, de natureza qualitativa e interpretativa, será abordada mais detalhadamente na última parte desse capítulo.

3.1 Teoria Queer

Pensar em investigar construções de performances homoafetivas implica em repensar o binarismo homoafetividade x heterossexualidade, o que é feito pela Teoria Queer.

A Teoria Queer, criação acadêmica de professores das áreas humanas e feministas, tenta mudar o debate de explicar a homossexualidade moderna para questionar como o binarismo hetero/homossexual funciona; de uma preocupação exclusiva com os homossexuais para colocar em foco a heterossexualidade como princípio de organização política e social; de uma política de minoria para uma política do conhecimento e da diferença (Seidman, [1996]1997: 9).

Para os teóricos da Teoria Queer, as identidades são múltiplas e se combinam, sendo que qualquer visão de construção identitária específica seria arbitrária e excludente. Sendo assim, a teoria contesta a assunção de uma identidade homossexual, preferindo trabalhar com a transgressão e a rebelião permanentes (Seidman, [1996]1997: 11). Entretanto, o objetivo não é abandonar a identidade como categoria, mas mantê-la aberta e sujeita à contestação (Seidman, [1996]1997:12). De fato, se não estabelecermos algum tipo de categoria, fica difícil, se não impossível, buscar representação social. Como bem coloca Butler ([1990]2003: 22), “a tarefa é formular”, dentro das estruturas de poder, “uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam.”

Principais pontos da Teoria Queer:

- “1) um conceito de sexualidade que vê poder sexual incorporado em diferentes níveis da vida social, expresso discursivamente e reforçado através de fronteiras e divisões binárias;
- 2) a problematização das categorias de sexo e gênero e de identidades em geral. Identidades são sempre um terreno incerto, levando a deslocamentos de identificação e conhecimento;
- 3) uma rejeição às estratégias dos direitos civis em favor da política do carnaval, da transgressão e da paródia, que leva à desconstrução, à descentralização, às leituras revisionistas e a uma política anti-assimilacionista;
- 4) uma vontade de questionar áreas que normalmente não são vistas no terreno da sexualidade e de conduzir leituras queer de textos ostensivamente heterossexuais ou não sexuais.”

(Stein & Plummer, [1996]1997: 134)

Os teóricos da Teoria Queer alegam, ainda, que as estratégias gays existentes e as estratégias de grupos minoritários em geral, no que se refere à representação política, tendem a se basear em dualismos que reforçam a noção de minoria como outro e criam oposições binárias que deixam o centro intacto (Stein & Plummer, [1996]1997: 134). Apesar de concordar com o fato de que a tendência dos grupos minoritários é de se basear em dualismos (masculino x feminino; homossexual x heterossexual, por exemplo), argumento que a questão não é abandonar totalmente estratégias de direitos civis, mas sim problematizar os dualismos, porém agindo dentro das estruturas do poder de forma a provocar mudanças.

Nesse sentido, Butler ([1990]2003: 22), tratando das questões feministas, alerta que “Por sua conformação às exigências da política representacional de que o feminismo articule um sujeito estável, o feminismo abre assim a guarda a acusações de deturpação cabal de representação”, porém, no parágrafo seguinte da página citada, coloca que a tarefa não é recusar a política representacional, mesmo porque não há como fazê-lo. Se levarmos esse raciocínio para as questões relativas aos homoafetivos, percebemos que, apesar de rejeitar a dicotomia homo/hetero, a representação deve ser buscada, contudo, problematizando essas categorias, colocando-as como construtos sociais oriundos de uma política de sexualização da sociedade para fins de garantir a hegemonia do grupo dominante. Assim, concordo com Epstein ([1996]1997: 156) que coloca que o ponto é

“manter a identidade e a diferença em tensão produtiva e se basear nas noções de identidade e política identitária, permanecendo sempre alerta contra a reificação”, ou seja, criticar as categorias e suas representações, pois, como colocam alguns críticos, não trabalhar com uma política de gêneros pode impedir uma ação política (Jagose, 2000:112).

Para Jagose (2000: 98), queer é um termo indeterminado, que marca a suspensão da identidade como algo fixo, coerente e natural. Também pode ser aplicado para descrever uma situação aberta cuja característica compartilhada não é a identidade em si, mas um posicionamento anti-normativo com relação à sexualidade. Pode, assim, incluir todos aqueles cujas identificações sexuais não sejam consideradas normais ou sancionadas. Desnaturalizar é sua estratégia principal (Jagose, 2000: 99).

Namaste ([1996]1997: 205-206) lembra que o fato de a teoria queer abranger uma multiplicidade de identidades (transexuais, bissexuais, drag queens, gays, heterossexuais, etc) expande a política sexual contemporânea para além da oposição hetero/homossexual, pois coloca em destaque as várias posições não heterossexuais disponíveis, bem como posições heterossexuais não legitimadas, pondo em foco o deslocamento da heterossexualidade e da homossexualidade e a relação entre elas.

Um dos fatos de grande importância da Teoria Queer para qualquer estudo de gênero é que, ao questionar as diversas categorizações sociais que fazemos e o olhar binário que temos sobre o mundo social, permite um espaço maior de construção individual de performances, já que recusa a consolidação de grupos onde um sujeito estável seja articulado. Contudo, para trabalhar com essa teoria a fim de investigar performances homoafetivas, temos que entender o desenvolvimento da construção do sexo biológico e suas consequências na visão de gênero. Assim, as sub-seções seguintes versarão sobre esses temas.

3.1.1 O sexo como construção social

Para podermos compreender questões de gênero e da matriz cultural de inteligibilidade que legitima uns em detrimento de outros, temos que questionar o sexo biológico dito natural. Como apontado na introdução, a noção de sexo como matéria-prima,

natural, portanto, anterior à cultura, impede que percebamos os meios discursivos pelos quais foi criado.

Lembro aqui que não estou falando de uma anatomia, ou seja, do órgão sexual, mas do significado atribuído a ele, que passa despercebido no nosso cotidiano. De fato, por ser visível e palpável, sujeito a explicações científicas baseadas em hormônios e DNA, ganha uma aparência de naturalidade que não possui, mascarando sua eleição como forma de controle social. Bourdieu ([1998]1999:16), ao tratar da sociedade cabila, revela que a oposição masculino x feminino é reificada por outras oposições, que, por sua vez, acabam por dar substância àquela:

“Arbitrária em estado isolado, a divisão das coisas e das atividades (sexuais e outras) segundo uma oposição entre o masculino e o feminino recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas, alto/baixo, /.../ fora (público)/dentro (privado)” etc., que, para alguns, correspondem a movimentos do corpo (alto/baixo//subir/descer, fora/dentro//sair/entrar). Semelhantes na diferença, tais oposições são suficientemente concordes para se sustentarem mutuamente, no jogo e pelo jogo inesgotável de transferências práticas e metáforas; e também suficientemente divergentes para conferir, a cada uma, uma espécie de espessura semântica, nascida da sobredeterminação pelas harmonias, conotações e correspondências.” (Bourdieu, [1998]1999:16).

Assim, as oposições ganham *status* de naturais, confirmando e reificando as oposições masculino/feminino, pautadas na oposição de corpos que, numa comparação com movimentos corporais, ganham substância e invertem relações de causas e efeitos. Ou seja, a própria divisão de movimentos corporais de forma opositiva cria uma idéia de oposição real, não construída, que vem a validar outras oposições construídas, a partir de uma impressão de objetividade, posto que, por exemplo, subir e descender são atos não só visíveis, como passíveis de experimentação. Contudo, subir e descender não são necessariamente opostos; são simplesmente movimentos corporais que ganharam esse valor de oposição com finalidades sociais. Da mesma maneira, fundada nas divisões e oposições socialmente construídas, a oposição dos corpos, igualmente visíveis, ganha aparência natural porque está inscrita na objetividade, impedindo a percepção da subjetividade das oposições (Bourdieu, [1998]1999).

Transportando essa reflexão para a nossa sociedade hoje, esses princípios de oposição binária acabam por consagrar a ordem estabelecida, causando a impressão de que a divisão entre os sexos é natural. Ao estabelecer essa oposição binária dos sexos, corpos machos x corpos fêmeas, como pré-discursiva, logo, natural, abre-se o caminho para outras oposições, culturais, que se justificam por sua inscrição na natureza, alimentando a ilusão de realidade e reificando aquela estabelecida como natural.

O corpo representado como natural, portanto, lugar de inscrição de significados culturais, permite a criação dos gêneros como correspondência de oposições binárias naturais, impedindo a compreensão de gêneros que não se baseiem em corpos. Assim, fica estabelecida uma matriz cultural de inteligibilidade pautada em oposições de gênero que, por sua vez, estão pautadas em oposições de sexo, que seria natural e, dessa forma, indiscutível (Butler, 1990). Entretanto, como vimos, as oposições são construções sociais, logo, o sexo como oposição também é uma construção social. Então, a relação sexo/natureza como base para a relação gênero/cultura não é verdadeira. Perseguindo nesse raciocínio, se sexo está para a cultura como gênero está para cultura, um não pode ser inscrição sobre o outro. Dessa maneira, fica desvelada a falácia da matriz cultural de inteligibilidade que estabelece “linhas causais ou expressivas de ligação entre sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a ‘expressão’ ou ‘efeito’ de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual” (Butler, [1990]2003:38).

Do mesmo modo, a heterossexualidade compulsória também fica desvelada. Se gênero é colocado como havendo uma ligação causal com sexo, e a “expressão” ou “efeito” de ambos é a manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual, então somente a heterossexualidade poderia existir.

Com o advento da transformação de ato sexual em identidade sexual, instaura-se uma outra oposição binária: heterossexualidade x homossexualidade (Sedwick, [1990]1994:2). Porém, como também é pautada, em última análise, em corpos sexuais e suas relações com gêneros, o mesmo raciocínio aplicado anteriormente cabe aqui, ou seja, não existem heterossexualidade ou homossexualidade verdadeiras, não são substâncias, mas construções sociais.

Podemos perceber que a matriz cultural de inteligibilidade foi construída com base em uma oposição dita natural de corpos machos x corpos fêmeas. Assim, são inteligíveis

apenas os gêneros que tenham uma relação mimética com os sexos. Em outras palavras, os sexos “espelham” os gêneros e vice-versa. Dessa forma, apenas dois gêneros poderiam existir. Entretanto, uma vez revelada a construção social dessa oposição binária, as possibilidades de expressão de gênero se expandem. Mas, então, que gênero é esse? Revestidos da idéia de sexo como construção, podemos agora passar a discutir gênero e performance na próxima sub-seção.

3.1.2 Gênero e performance

Talvez o livro que tenha causado mais impacto nas questões de gênero tenha sido *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, de Judith Butler, publicado em [1990] 2003. Ainda que seu foco seja o feminismo, ao questionar a naturalidade do sexo, revelando, dessa forma, os princípios que governam o gênero que, por sua vez, privilegia a heterossexualidade, Butler legitima homoafetivos como posições de sujeito.

Butler ([1990]2003: 38) argumenta que os gêneros tidos como inteligíveis seriam aqueles que instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Ou seja, há que existir “linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a expressão ou efeito de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual”. Sendo assim, somente dois tipos de gênero poderiam existir, pois

“A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de ‘identidade’ não possam ‘existir’ — isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não ‘decorrem’ nem do ‘sexo’ nem do ‘gênero’.”

(Butler, [1990]2003: 39) [grifos da autora]

Entretanto, o próprio fato de existirem outras identidades de gênero que não condizem com a norma de inteligibilidade cultural expõe “os limites e os objetivos reguladores desse campo de integibilidade e, conseqüentemente”, dissemina “nos próprios termos dessa matriz de integibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem de gênero” (Butler, [1990]2003: 39).

Butler ([1990]2003: 56-57) argumenta que o construto da heterossexualidade e das identidades de gênero fica revelado no momento em que é repetido nas culturas homoafetivas (como as identidades de *butch*¹ e *femme*, por exemplo), causando sua desnaturalização e mobilizando as categorias de gênero. A identificação com a masculinidade que se manifesta na identidade *butch* não é uma simples assimilação dos padrões de heterossexualidade, mas uma re-significação de masculinidade, ou seja, embora o cenário heterossexual seja evocado, é também deslocado (Butler, [1990]2003: 177-178).

Mais adiante, a autora coloca que os

“atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na *superfície* do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são *performativos*, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo *performativo* sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade.”

(Butler, [1990]2003: 194) [grifos da autora]

Ou seja, a própria performance produz a identidade que diz expressar. Se a performance produz a identidade de gênero que diz expressar, então os gêneros “somente são produzidos como efeitos de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável” (Butler, [1990]2003: 195). A performance repetida do gênero seria uma reprodução e também uma nova experiência de significados socialmente estabelecidos, bem como uma forma de legitimação (Butler, [1990]2003: 200).

Por outro lado, se os atributos do gênero são performativos, “então constituem efetivamente a identidade que pretensamente expressariam ou revelariam”, isto é, não haveria uma identidade pré-existente, portanto, não haveria masculinidade ou feminilidade verdadeiras, o que possibilita outras performances de gênero diferentes daquelas impostas pela noção binária de sexo e gênero (Butler, [1990]2003: 201). Assim, abre-se um espaço para a homoafetividade como possibilidade de gênero.

¹ *Butch* é a lésbica que se veste e age de forma masculinizada.

Contudo, o fato de a performance ser uma construção não significa que seja livre de restrições. Tampouco que essas restrições restringem a performatividade; ao contrário, “impulsionam e sustentam a performatividade”. A performatividade deve ser compreendida como uma repetição de normas regular e restritiva (Butler, 1993:95):

“E essa repetição não é feita *por* um sujeito; essa repetição é o que permite um sujeito e constitui uma condição temporal para o sujeito. A iterabilidade implica que ‘performance’ não é um ‘ato’ ou evento singular, mas uma produção ritualizada, um ritual reiterado sob e através de restrições, sob e através da força da proibição e do tabu, com a ameaça de ostracismo e mesmo morte controlando e compelindo a forma da produção, mas sem, vou insistir, determiná-la completamente a priori.” (Butler, 1993:95) [grifos da autora]

Assim, performance é uma produção ritualizada, que não é feita por um sujeito em particular; o sujeito é constituído por ela. Os atos performativos, por sua vez, são formas de discursos autorizados (Butler, 1993:225). Traçando uma distinção entre sua visão de performatividade da de Austin, Butler coloca que, quando um juiz fala “Eu os declaro...”, sua autoridade vem da citação da lei, ou seja, de um discurso anterior a ele, não da pessoa do juiz. Dessa forma, “performatividade é um domínio no qual o poder age *como* discurso” (p.225).

Na questão de gênero, a prática da incorporação de normas é compulsória, além de ser um processo de repetição. Quando um bebê nasce e o médico diz “É uma menina” está produzindo esta pessoa como sujeito feminino, posto que gênero é visto como decorrente de sexo, portanto, sua feminilidade não é uma escolha, mas uma imposição. Essa imposição carrega assunções de normas de comportamento a serem seguidas a fim de qualificá-la para que possa ser um sujeito viável (Butler, 1993:232). Dessa forma, podemos inferir que essas normas são heteronormas, pois a matriz cultural de inteligibilidade que estabelece os gêneros possíveis somente prevê heterogêneros.

A esse respeito, Ingraham ([1996]1997: 168) argumenta que a teoria feminista, ao colocar gênero como categoria social, inadvertidamente o canonizou, tornando-o óbvio. Para ela, gênero deveria ser tratado como heterogênero, pois assim revelaria sua relação com a heterossexualidade, desnaturalizando-a (Ingraham, [1996]1997: 169). Na mesma linha de raciocínio de Butler, a autora também reclama que as teorias de gênero dos anos 80

colocam o sexo como uma identidade biológica e gênero como comportamentos aprendidos socialmente associados aos dois sexos. Estabelecer sexo como biológico e gênero como comportamento aprendido reforçaria o binarismo natureza/cultura, pois o sexo estaria ligado à biologia, portanto, natural, e ligado à ciência, o que impediria a percepção de como a biologia está ligada à cultura (Ingraham, [1996]1997: 182-183). Assim, está em consonância com a argumentação da seção anterior deste capítulo, que estabelece o sexo como construção social, apartado da biologia, natural.

Ainda segundo a autora, o sexo deveria ser examinado com relação aos interesses que sua definição leva, ou seja, à construção das categorias macho e fêmea como suporte para a criação da categoria gênero, mantendo a assunção heterossexual intacta (Ingraham, [1996]199: 184-186). Eu acrescento que não só mantém a assunção heterossexual intacta, como as relações de poder que representa.

Esterberg ([1996]1997: 261), em sua pesquisa feita com lésbicas, discute a questão da performatividade, alegando que as performances vêm das noções tradicionais de masculinidade e feminilidade e que, portanto, sofrem restrições. Segundo ela, não há uma escolha livre, ilimitada: fazer e refazer identidades é dentro de fronteiras de convenções. Se a pessoa transgredir as fronteiras, corre-se o risco de tornar a performance ininteligível.

Reforçando as noções de Butler (1990) sobre performatividade e matriz cultural heterossexual, Esterberg ([1996]1997: 275) coloca que as entrevistas que realizou com lésbicas revelam um trabalho de construção identitária através de uma auto-representação baseada em vestimenta, comportamento e detalhes que sinalizem seu desejo por mulheres. Embora a nova imagem de lésbica dos anos 90 tenha mudado na mídia, apresentando-a como jovem, branca e glamurosa, refletindo uma maior aceitação em nossa sociedade heterossexista, a maior parte das entrevistadas não se sentiu parte dessa imagem, pois se codificam como não femininas, de alguma forma masculinas (Esterberg, [1996]1997: 275-276). Ou seja, se articulam com o gênero masculino, revelando a matriz heterossexual através de suas performances, ainda que, de alguma maneira, uma matriz deslocada.

Mas talvez a mais impressionante forma de percepção da performatividade seja a das bio queens. As bio queens são mulheres biológicas “que conscientemente desempenham gêneros femininos como um meio de engajamento, crítica e/ou celebração.

As performances² de bio queens insistem que há muitas formas de representar o gênero que podem se parecer com a identidade de uma pessoa fora do palco, mas não estão automaticamente associadas a ela” (versão curta do *Bio Queen Manifesto*, por Eve Humphrey, Kentucky Fried Woman, Tristan Taormino e Venus Envy in Berutti, 2004: 60).

Podemos perceber que as bio queens fazem uma representação de palco da performance de gênero feminino de forma consciente, ressaltando, assim, o aspecto performativo de suas construções de gênero:

“(…) ouvimos muitas pessoas falarem sobre o poder transgressor do drag. Ouvimos que a noção de performance de gênero é central para essa transgressão e que o drag enfatiza que gênero é um ato performático. Independentemente de nossas identidades específicas de gênero fora do palco, o gênero é algo que pode ser e é representado no palco. Podemos ver o potencial e poder de performances feitas por drag kings trans; podemos permitir a indivíduos o direito de reivindicar suas identidades transgender e representar variações dessas identidades em drag. Portanto, precisamos abrir nossa definição de transgressor para incluir todas as performances de gênero.”

(versão curta do *Bio Queen Manifesto*, por Eve Humphrey, Kentucky Fried Woman, Tristan Taormino e Venus Envy in Berutti, 2004: 61)

Parece, então, haver uma postura clara de que gênero é um ato performativo realizado dentro e fora do palco e que exacerbar esta performance em um espetáculo é transgredir e derrubar o mito do gênero feminino como uma correspondência natural de sexo feminino. Contudo, não podemos deixar de lembrar que “Se drag é performativo, isso não significa que toda performatividade deva ser entendida como drag” (Butler, 1993:231). A performatividade fora do palco não é voluntária; é uma prática compulsória.

Resumindo, gênero aqui está sendo visto como performance. Essa performance é constituída através da repetição de atos, gestos e desejo restritos e regulados, que constituem o sujeito. As performances sancionadas socialmente, por sua vez, são reguladas por uma matriz cultural de inteligibilidade, que podemos chamar de heteromatrix, que impõe uma relação causal entre sexo, gênero e prática sexual, onde gênero decorre de sexo e a expressão de ambos é através do desejo sexual por meio da prática sexual com indivíduos de sexos opostos. Uma performance homoafetiva, portanto, há que romper com

² Performance aqui não é a performance de Butler, mas o trabalho de atuação em palco.

a relação causal sexo, gênero e prática sexual, deslocando a matriz cultural de inteligibilidade que a sustenta.

3.1.3 Postulados de Sedwick

No mesmo ano em que Butler lançou seu livro *Problemas de gênero*, Sedwick lançou *Epistemology of the Closet*. Com a finalidade primordial de fazer uma investigação anti-homofóbica, Sedwick ([1990]1994) alegou que sua proposta era discutir as contradições entre visões minotarizantes, que vêem questões da oposição homo/hetero apenas como de interesse para a minoria homoafetiva, e universalizantes, que vêem essas questões como determinantes para todos, bem como discutir as contradições entre ver a homoafetividade como transitividade de gêneros ou como reflexo de um impulso separatista intragênero (p.1-2). Veremos, nas sub-seções seguintes, algumas questões levantadas pela autora.

3.1.3.1 Axiomas

Sedwick (1990) começa seu livro com alguns axiomas, que norteiam seu trabalho. Destaco, abaixo, aqueles que têm relação direta com esta investigação:

As pessoas são diferentes entre si, mesmo que compartilhem as mesmas categorias (p.22). Como exemplo, exponho uma das várias formas de pensamento sobre sexualidade que apontou como diferenciação: “algumas pessoas, homo, hetero ou bissexuais, experienciam suas sexualidades como profundamente encaixadas em uma matriz de significados de gênero e diferenciais de gênero; outros das mesmas orientações sexuais não” (p.25-26). Essa visão contribuiu para a análise de meus dados, na medida em que, entre outras coisas, impediu que visse de forma uniforme os procedimentos e os posicionamentos decorrentes nas histórias de vida dos sujeitos entrevistados.

O estudo da sexualidade não é co-extensivo ao estudo de gênero; tampouco a investigação anti-homofóbica é co-extensiva à investigação feminista, contudo não há como saber em que são diferentes (p.27). Meu interesse é pela primeira parte do axioma. De fato, não são co-extensivos, contudo, como, freqüentemente, são co-ocorrentes, há uma

falsa impressão de total dependência. Como exemplo dessa argumentação, a autora estabelece que determinadas dimensões de escolha sexual, auto ou alo-erótica, dentro ou entre gerações, não têm nada a ver com gênero (p.31). Portanto, tratar de gênero não é necessariamente tratar de sexualidade, ainda que, por vezes, isso ocorra.

A busca histórica por uma grande mudança de paradigma pode obscurecer as condições presentes da identidade sexual (p.44). Ou seja, temos que tomar cuidado para não perdermos de vista que a percepção e a reflexão que temos sobre as coisas, e acrescento que não só em relação à busca histórica acerca de identidade sexual, estão intimamente ligadas a contextos e estruturas históricas e culturais. Sedwick, falando sobre a questão da homossexualidade em termos de história, alega que, por outro lado, pensar em conhecimento em termos de condições presentes pode ser perigoso, posto que reforça a idéia de um conhecimento que, na realidade, não existe de fato. Argumento que, embora realmente possa dar a impressão de um conhecimento definitivo, o fato de precisar o momento em que é tratado garante a possibilidade de questionamento futuro.

Os caminhos da alo-identificação e da auto-identificação tendem a ser estranhos e recalcitrantes (p.59). A autora coloca que identificar-se como inclui múltiplos processos de identificação com e como contra. Dependendo do regime discursivo em questão, a pessoa vai ser identificada de forma diferente. Usando a si mesma como exemplo, argumenta que, em determinados regimes discursivos, é identificada como pervertida sexual; sob outros, como judia (p.61). Esse axioma tem relação direta com posicionamentos e alinhamentos. Quando alguém se posiciona de uma determinada maneira está, de alguma forma, se identificando com aquela maneira. Porém, dentro de uma determinada situação, ainda que, por vezes, a pessoa acredite que assim o faz em todas as situações e momentos de sua vida. Portanto, os caminhos são realmente estranhos, pois não são nem constantes, nem uniformes, tampouco definitivos.

Os axiomas destacados são extremamente relevantes para a análise de dados. Estar alerta para o fato de que compartilhar categorias não significa que as pessoas são iguais evita que se busque, *a priori*, traços similares entre os indivíduos. Isso não quer dizer que não se possa, *a posteriori*, verificar recorrências, apenas que buscá-las antes pode impedir que o analista perceba as diferenças e faça generalizações inadequadas.

Perceber que gênero e sexualidade são diferentes também é importante, mesmo que não se consiga compreender exatamente em que reside esta diferença. Como, freqüentemente, são co-ocorrentes, passam a impressão de que são a mesma coisa. Nesse estudo, o foco é o gênero, portanto, o detalhamento das práticas sexuais dos entrevistados não foi discutido. Contudo, a escolha de parceiros, bem como a quantidade de parceiros, têm relevância para a construção de performances. Assim, em alguns momentos, questões relativas à sexualidade ganham relevância.

O terceiro axioma destacado também é importante na medida em que mantém a perspectiva de reflexão do trabalho, sem a presunção de um conhecimento definitivo, mantendo abertas as portas para sua contestação futura, a partir de outros conhecimentos que venham a surgir.

A importância do último axioma colocado aqui diz respeito aos posicionamentos e alinhamentos assumidos no momento das interações. Dependendo da interação em curso, as identificações, expressas nos posicionamentos e alinhamentos, vão se alterar.

3.1.3.2 Discussão sobre sair do armário

Sair do armário ainda é uma questão passível de discussão. Segundo Sedwick ([1990]1994:67-68), mesmo os gays mais abertos estão deliberadamente no armário com alguém pessoalmente, economicamente ou institucionalmente importante para eles. Assim, o armário representa uma forma de opressão.

Através de uma comparação com a revelação bíblica de Esther de que é judia, a autora discorre sobre as consequências de sair do armário (p.79-82):

- a) a identidade de judia de Esther não é colocada em questão e é imutável; quando um gay sai do armário, as pessoas podem questionar (você tem certeza? não quer ir a um terapeuta?), expondo a resistência à homoafetividade e até que ponto sua definição se distanciou do próprio sujeito homoafetivo;
- b) Esther espera que o marido se surpreenda com a revelação e ele se surpreende, ou seja, ela tem controle sobre o conhecimento das pessoas sobre ela; gays no armário não têm certeza sobre quem tem controle da informação sobre sua identidade sexual;

- c) Esther se preocupa se sua revelação vai destruí-la ou que não consiga impedir a destruição de seu povo, mas não crê que vá causar problemas para o marido e não causa; quando gays, numa sociedade homofóbica, saem do armário com alguém, têm consciência de um potencial de mágoa que pode ir em ambas as direções. O segredo patogênico pode circular contagiosamente como um segredo. A autora dá como exemplo o caso de uma mãe que disse que seu filho sair do armário a jogou no armário com relação à sua comunidade conservadora;
- d) a identidade étnica/religiosa de Esther não interfere com a do marido, nem a relação que têm é vista diferentemente após a revelação; a mágoa potencial quando o gay sai do armário resulta, em parte, do fato de que a identidade erótica da pessoa que recebe a informação pode ser implicada e perturbada por ela. Isso se dá porque a identidade erótica nunca está circunscrita *per se*, não tem como não ser relacional, nunca é percebida como fora de uma estrutura de transferência e contra-transferência;
- e) não há sugestão de que o marido de Esther possa ser um judeu disfarçado; mas vários gays acham que a figura homofóbica no poder tem, no mínimo, uma tendência desproporcional de ser gay e estar no armário. Sair do armário não coloca um fim na relação com o armário;
- f) Esther sabe quem é seu povo e tem relação direta com ele; gays não costumam crescer em famílias gays, estando expostos a uma cultura homofóbica; diferentes de Esther, que manteve intactas uma identidade, uma história e um compromisso através dos quais foi criada e legitimada na figura do guardião, gays têm que costurar, a partir de fragmentos de uma comunidade, uma herança, uma política de sobrevivência e resistência;
- g) o reconhecimento de Esther ocorre dentro e perpetua um sistema coerente de subordinação de gênero. Se a história de Esther reflete uma escolha firme de uma política de minorias baseada na reinscrição conservadora de papéis de gênero, esta escolha nunca foi possível entre os gays.

Através destas comparações, Sedwick ([1990]1994) expõe todas as implicações decorrentes do ato de sair do armário, visto, freqüentemente, como simplesmente uma

escolha pessoal. Em primeiro lugar, o indivíduo arrisca-se a ser questionado quanto ao seu desejo. Em segundo lugar, não sabe como aquele que o escuta vai reagir. Sua revelação pode colocar no armário quem passa a saber, que pode vir a ser avaliado de forma diferente pelos que o cercam. Sair do armário também significa se expor a uma sociedade homofóbica, obrigando o sujeito a desenvolver estratégias de resistência. Além disso, sair do armário implica em um questionamento implícito dos sistemas que governam os gêneros. As consequências descritas desvelam, sobretudo, o estigma que paira sobre os homoafetivos e como esse estigma interfere em suas vidas.

Em vista do fato de que a homoafetividade é vista como um estigma e que este interfere no cotidiano dos homoafetivos, portanto, também interfere nas construções de performances, a próxima seção será sobre estigma.

3.2 Estigma

Goffman (1963) alega que a sociedade categoriza as pessoas e estabelece quais atributos são considerados normais; quando o indivíduo é diferente da expectativa das pessoas, cria-se o estigma. Para ele, há alguns tipos básicos de estigma:

- a) abominações do corpo;
- b) culpas de caráter individual – prisão, vício, homossexualismo, etc;
- c) raça, nação e religião (Goffman, [1963]1975:14), que vêm a impedir as pessoas de prestarem atenção a outros atributos do indivíduo que não aquele estigmatizado.

O rótulo social provoca uma separação entre “nós” e “eles” e, quando essa separação é particularmente refinada, membros do grupo estigmatizado podem aceitar estereótipos sobre si e se verem como fundamentalmente diferentes e inferiores que os outros (Link, Yang, Phelan e Collins, 2004:4). A aceitação da diferença como inferioridade é devido ao fato de o indivíduo estigmatizado ter as mesmas crenças que os “normais”, tendo incorporado padrões de sociedade que o tornam suscetível ao que os outros vêem como seu defeito (Goffman, [1963]1975:16-17). A crença de que é inferior pode levar o

estigmatizado a tentar corrigir seu defeito, através de cirurgias (plástica de nariz, por exemplo), da aquisição de habilidades físicas (cego perito em esqui, por exemplo), enfim, pode levar o indivíduo a se sujeitar a desconfortos ou até sofrimentos a fim de corrigir o que acredita ser um defeito. No caso específico de homoafetivos, enquadrados nas culpas de caráter individual, os indivíduos podem tentar se relacionar com mulheres, buscando viver como heterossexuais.

Entretanto, há indivíduos que se recusam a aceitar serem tratados como inferiores e buscam a militância. Porém, a militância acarreta outros problemas:

“Os problemas associados com a militância são bem conhecidos. Quando o objetivo político último é retirar o estigma do atributo diferencial, o indivíduo pode descobrir que os seus esforços podem politizar toda a sua vida, tornando-a mais diferente da vida normal que lhe foi inicialmente negada [...] ao chamar a atenção para a situação de seus iguais ele está, de uma certa forma, consolidando uma imagem pública de sua diferença como uma coisa real e de seus companheiros estigmatizados como constituindo um grupo real. Por outro lado, se ele procura algum tipo de separação, e não de assimilação, pode descobrir que está necessariamente apresentando os seus esforços militantes na linguagem e no estilo de seus inimigos. [...] Em resumo, a não ser que exista alguma cultura de natureza diferente na qual ele possa refugiar-se, quanto mais ele, estruturalmente, se separa dos normais, mais parecido com eles ele se tornará nos aspectos culturais” (Goffman, [1963] 1975:125-126).

Link, Yang, Phelan e Collins (2004:4) destacam que a divisão “nós” e “eles” acarreta respostas emocionais tanto por parte do estigmatizador quanto do estigmatizado. Segundo os autores, do ponto de vista do estigmatizador, a identificação de diferenças, de atributos indesejados tende a ser associada a emoções como raiva, irritação, ansiedade, pena e medo. Do ponto de vista do estigmatizado, emoções como embaraço, vergonha, medo, alienação ou raiva são possíveis, sendo que a vergonha é central para o estigma, pois os processos de envergonhamento podem provocar consequências dolorosas para os estigmatizados. O receio das respostas emocionais, aliadas à reprovação social podem levar ao que Goffman chama de encobrimento.

Goffman ([1963]1975) classifica os estigmatizados em duas categorias: desacreditados (com uma característica evidente, por exemplo, falta de uma perna) e desacreditáveis (sem característica evidente, por exemplo, gays). O desacreditável pode

escolher não informar sobre o seu “defeito” e, portanto, encobri-lo. Segundo o autor, esse encobrimento pode ser seletivo, mas sua manipulação do estigma é algo que pertence fundamentalmente à esfera pública. Contudo, na intimidade, o encobrimento também ocorre, como, por exemplo, acontece com vários homoafetivos que não saem do armário com a família por muitos anos, sendo que, por vezes, nunca o fazem. Em alguns casos, quando revelam a seus pais e irmãos, não o fazem com o restante da família, até por temerem que sejam “contagiados” pelo estigma. Afinal, o fato de estar com alguém ou privar da intimidade deste alguém pode ser usado como fonte de informação a respeito da identidade social da pessoa (Goffman, [1963]1975:57). No caso específico de gays, pode-se passar a questionar toda a moral da família, ou seja, todos podem ficar igualmente passíveis de vergonha e discriminação.

Entretanto, a pessoa estigmatizada pode usar seu estigma para ganhos secundários, como justificar fracassos oriundos de outras fontes; pode ver suas privações como bênçãos, como tendo aprendido algo através do sofrimento que os outros não têm como aprender (Goffman, [1963]1975: 20-21). Ou seja, pode inverter o papel de estigmatizado, colocando o outro como digno de pena.

A estratégia de inversão de papéis me remete a Shih (2004: 176), que argumenta que indivíduos estigmatizados possuem recursos para lidar com o estigma. Segundo a autora, sujeitos estigmatizados lidam com a estigmatização através de processos de compensação, interpretações estratégicas de seu ambiente social e através de focar múltiplas identidades:

- a) compensação: maior persistência e assertividade; refinamento de habilidades na interação social (por exemplo, estigmatizados monitoram mais as reações das pessoas); distanciamento de si do grupo estigmatizado a fim de evitar preconceito; desvalorização das dimensões que trazem desvantagem e valorização daquelas em que seu grupo não está em desvantagem;
- b) interpretações estratégicas do ambiente social: comparações seletivas (por exemplo, se comparam com pessoas de seu grupo, não com aquelas de outros grupos); manipulam o tipo de atribuições que fazem para explicar eventos sociais (por exemplo, atribuem ao preconceito quando recebem uma crítica negativa);

podem minimizar ou negar a discriminação e o preconceito a fim de proteger seu senso de valor (pesquisadores alegam que os indivíduos frequentemente vêem o preconceito e a discriminação dirigidos ao grupo, não a si individualmente);

c) enfoque em identidades múltiplas: alternam as identidades de acordo com a interação, colocando em foco as não estigmatizadas (Shih, 2004:170).

Mas talvez o mais relevante no artigo de Shih seja o fato de tirar o foco das consequências negativas do estigma para colocá-lo nas estratégias de superar os efeitos da discriminação. Essa mudança de foco também faz com que vejamos indivíduos estigmatizados como pessoas resilientes, não como pessoas passivas nas interações sociais.

3.3 Análise da Narrativa

Sendo o tema dessa pesquisa a construção de performances homoafetivas através de histórias de vida, os instrumentos fornecidos pela Análise da Narrativa são imprescindíveis, pois as “histórias de vida expressam nosso senso de eu: quem somos e como ficamos desta forma”, bem como são o meio pelo qual esse senso de eu é comunicado e negociado (Linde, 1993:3).

Ao analisar as entrevistas dos sujeitos, levei em consideração vários elementos: a estrutura das narrativas, o tipo de história que estava sendo contada e os mecanismos lingüísticos em níveis lexicais e interacionais utilizados durante o ato de narrar, posto que, juntos ou separados, poderiam apontar os diversos posicionamentos e alinhamentos dos indivíduos.

Essa seção será sub-dividida em quatro partes. Primeiramente, trato da estrutura das narrativas (Labov, 1972; Norrick, 2000; Polanyi, 1985). A segunda sub-seção versa sobre o modelo de tempo de Mishler (2002), seguida de uma sub-seção sobre histórias de vida *per se* e suas unidades discursivas (Linde, 1993; Bastos, 2005). A quarta parte aborda alguns mecanismos lingüísticos lexicais e interacionais que emergiram nas histórias (Tannen, 1989; De Fina, 2003).

3.3.1 Estrutura das narrativas

Brockmeier & Carbaugh (2001:3) alegam que, em termos de uma epistemologia histórica das ciências humanas, a atenção para a narrativa e o discurso tem relação com a exploração de novas perspectivas construcionistas que surgiram a fim de complementar o paradigma positivista. Os autores colocam que a narratologia surgiu nos anos 60 e 70 com a finalidade de estudar textos narrativos da literatura de ficção, passando, mais tarde, a abranger outros tipos de narrativas, como danças, rituais, linguagem oral, etc (Brockmeier & Carbaugh, 2001: 4). Ainda segundo os autores, a narratologia seria de cunho estruturalista, com seus dualismos, vista como *langue* saussureana, limitando-se à sintaxe no nível da sentença e tendo como objetivo aplicar universalmente o modelo analítico dual. Labov e Waletzky foram os autores que mudaram os rumos dos estudos sobre narrativa, passando a incluir a não ficção no âmbito das investigações (Brockmeier & Carbaugh, 2001: 6).

Entretanto, a grande mudança operada nos estudos de narrativas foi feita por Labov (1972), ao definir e levantar os elementos estruturais da narrativa. Segundo o autor, narrativa é “um método de recapitular uma experiência passada, combinando seqüências verbais de orações a seqüências de eventos que (infere-se) ocorreram” (Labov, 1972:359-60). São ordenadas em seqüências temporais e a alteração da ordem altera a interpretação semântica (p.360). Assim, a narrativa consiste em uma série de orações narrativas ordenadas temporalmente. As orações que não têm relação com um passado temporal seriam orações livres ou soltas.

Ainda segundo o autor, as narrativas orais contêm seis elementos básicos em sua estrutura: 1) resumo (que diz do que a história irá tratar); 2) orientação (que estabelece onde ocorre a história, seus personagens, quando aconteceu, etc); 3) ação complicadora (que conta o que aconteceu); 4) avaliação (que avalia o que está sendo narrado, podendo ocorrer em qualquer parte da narrativa); 5) resultado ou solução (término dos eventos da ação); 6) coda (que finaliza a história).

Norrick (2000) amplia a quantidade de elementos propostos por Labov, fazendo uma divisão mais detalhada das narrativas: a) introdução/resumo (que diz do que a história irá tratar); b) avaliação (que avalia o evento narrado, podendo ocorrer em qualquer parte da

narrativa); c) enquadre geral (que estabelece a orientação geral da história, dizendo quem, quando, onde, o que acontece); d) enquadre específico (que estabelece o momento específico da história); e) informação (que informa acerca de elementos que não são necessariamente relevantes para o ponto da história); f) ação principal (o que realmente aconteceu); g) resultado (o resultado do que aconteceu); h) coda (que põe fim à história).

O detalhamento sugerido por Norrick é bastante útil no momento da análise, contudo, ao aplicá-lo, verifiquei que a informação freqüentemente é relevante para a condução ao ponto da história, seja por contribuir com elementos que ajudem a compreensão do ponto, seja para esclarecer algum ponto ao interlocutor, evitando que o narrador interrompa o fluxo da narrativa. Ou seja, ainda que a informação não faça parte diretamente da história, podendo dar a impressão que de que pode ser retirada, por vezes, é necessária. O termo enquadre também não é adequado, pois remete a outros significados além da orientação. Por isso, em minha análise, substituí por orientação geral e orientação específica.

Polanyi (1985) aponta para o fato de que as narrativas são compostas por eventos, definidos como “uma ocorrência em algum mundo que é descrita como tendo caráter instantâneo, não durativo ou iterativo”(p.10), e proposições descritivo-durativas, que são “aquelas que tratam da situação do mundo narrativo que não sejam eventos pontuais da linha de tempo principal” (p.12). Ainda segundo a autora (p.13), histórias consistiriam de eventos que acarretariam o surgimento de estados de coisas que contrastariam com a situação do início da história, o que ajudaria a perceber o ponto da história. Sendo as proposições descritivo-durativas as responsáveis pelo esclarecimento do estado de coisas, ao analisar uma história, deve-se colocá-las em foco, caso contrário, perde-se o ponto da narrativa.

Evidentemente, há problemas na definição de Labov, que serão discutidos na próxima sub-seção. Contudo, seu trabalho forneceu um ponto de partida para analisar narrativas de não ficção.

3.3.2 O modelo de tempo de Mishler

Mishler (2002), em artigo que discute o modelo descritivo de tempo do relógio/cronológico em contraposição ao modelo descritivo de tempo narrativo/experencial, critica a proposta de Labov (1972) de que o critério fundamental que distingue as narrativas de outros gêneros seria a ordem temporal. Segundo o autor, ordem temporal não é um critério suficiente, pois não daria conta de distinguir meras listas de eventos de histórias (Mishler, 2002:98). Argumenta, ainda, que, nas narrativas pessoais de experiências passadas, percebe-se que as tramas são governadas pela maneira com que terminam, pela situação atual na qual os narradores se encontram depois do que aconteceu a eles no passado. É o que chama de mão dupla do tempo (p.104). Ao narrarmos uma experiência, reformulamos nosso passado, nos reposicionamos com relação aos eventos e às pessoas envolvidas, reenquadramos as experiências de acordo com nossa vida atual. A ordem temporal seria apenas uma estratégia para organizar os eventos da trama.

Mishler (2002:110) alega, ainda, que os modelos de ordem temporal de mudança progressiva têm a tendência de tratar o desenvolvimento identitário como um processo unitário, suprimindo as identidades múltiplas que refletem posicionamentos em contextos relacionais diferentes e ignorando seqüências de eventos que se sobrepõem e se intersectam. Assim, parece que, para analisar histórias de vida com a finalidade de perceber construções de performances, o modelo descritivo de tempo narrativo/experencial é mais adequado, pois propicia a percepção dos diferentes posicionamentos e alinhamentos tomados durante o ato de narrar, que venham a desvelar as construções de performances.

3.3.3 Histórias de vida

Linde (1993:3) estabelece que “histórias de vida expressam nosso senso de eu: quem somos e como ficamos desta forma”. Para a autora, há uma expectativa em termos de cronologia, pois a seqüência dos eventos faz com que possamos inferir a causalidade e noções de causalidade; acidente e razões são cruciais para formar o significado da história. Contudo, por ser uma unidade descontínua (é contada em partes separadas durante um

longo período de tempo), está sujeita a revisões e mudanças conforme o falante abandona significados antigos e adiciona novos a determinadas partes da história.

Embora possa parecer, à primeira vista, que Linde e Mishler estejam discordando quanto à seqüência, não é exatamente isso que ocorre. Ao questionar a colocação da ordem dos eventos em uma análise, Mishler está alertando contra uma ordem cronológica que estabelece um sujeito contínuo, produto de um passado vivido em linha reta. O que compreendo de sua proposta é que o que o indivíduo é hoje é fundamental para como ele vê suas experiências passadas e como as reconstrói de acordo com a situação em que se encontra atualmente. Linde, ao estabelecer que os indivíduos revisam, mudam, abandonam significados antigos e adicionam novos a determinadas partes da história, está também colocando a relevância do que o narrador é hoje, a situação em que se encontra na hora do relato, portanto, não vê o sujeito como contínuo, produto de um passado vivido em linha reta.

Além de contar eventos, as narrativas de histórias de vida apresentam comentários morais sobre como as coisas são, ou deveriam ser, e, sobretudo, que tipo de pessoa o falante alega ser (Linde, 1993:81). Sendo assim, narrativa é uma apresentação do eu e a avaliação em particular estabelece o tipo de eu que está sendo apresentado naquele momento. Portanto, o eu do passado deve ser relevante para o presente, promovendo alguma continuidade (Linde, 1993:100).

Linde define história de vida como

“Uma história de vida consiste de todas as histórias e unidades discursivas associadas, como explicações e crônicas, e as conexões entre elas, contadas por um indivíduo durante o curso de sua vida, que satisfaça os dois critérios seguintes:

- 1) as histórias e unidades discursivas associadas contidas na história de vida têm que ter como avaliação principal um ponto sobre o falante, não um ponto geral sobre como o mundo é;
- 2) as histórias e unidades discursivas associadas têm reportabilidade extensiva, ou seja, são contáveis e são contadas e recontadas no curso de um longo período de tempo.”

(Linde, 1993: 21)

As unidades discursivas que podem ocorrer dentro da história de vida são:

- a) narrativa – baseada no conceito de Labov (1972), que define as narrativas como forma de recapturar experiências através da combinação de seqüências de orações verbais às seqüências de eventos que ocorreram (Linde, 1993:68)
- b) crônica – pode ser parte da história de vida e consiste em recontar uma seqüência de eventos que não tenha um único ponto avaliativo unificador (Linde, 1993:85);
- c) explicação – começa com uma afirmativa de alguma proposição a ser comprovada, seguida de uma seqüência de declarações de razões sobre o porquê de se acreditar na proposição (Linde, 1993: 90).

A seguir, trato de cada uma das unidades discursivas expostas aqui.

3.3.3.1 Narrativa

Linde (1993:68) aponta dois aspectos problemáticos da definição de Labov: falar em eventos que ocorreram e estabelecer que é uma seqüência de orações no passado simples. Para ela, o fato de terem realmente acontecido ou não é irrelevante; o que importa é que o falante apresenta como se tivessem ocorrido. Consonante com esta observação, Bastos (2005:80) argumenta que, ao falarmos sobre nossas experiências passadas, estamos “guiados pelo filtro de nossas emoções, o que nos leva a freqüentemente transformar e recriar essa experiência.” Ainda segundo a autora:

“Podemos, dessa forma, compreender o relato da narrativa mais como uma construção social do que como uma representação do que aconteceu, no sentido de que construímos as histórias que contamos em função da situação de comunicação (quando, onde e para quem contamos), de filtros afetivos e culturais, e do que estamos fazendo ao contar uma história” (Bastos, 2005:80).

Assim, não só é irrelevante os eventos narrados terem verdadeiramente ocorrido ou não, como também a narrativa não diz respeito a relatos de realidades, mas de construção de realidades, restringidas pela situação local de interação.

Quanto ao passado simples, Linde (1993) alega que raramente temos narrativas que utilizam somente este tempo verbal. De fato, ao analisar narrativas de histórias de vida,

podemos perceber que suas observações têm fundamento: não só há versões diferentes de ocorrência de eventos em momentos diferentes durante uma entrevista, por exemplo, como também freqüentemente outros tempos verbais ocorrem. Contudo, a proposta de Labov (1972) de estrutura de narrativa compensa possíveis problemas de definição.

Linde também ressalta a importância da avaliação para o ponto da história. Segundo a autora, do ponto de vista interacional, a avaliação é a parte da narrativa que revela aos participantes como a história deve ser compreendida e que tipo de reação o falante espera. “Assim, é a parte da narrativa mais importante socialmente” (Linde, 1993:72). Entretanto, as formas lingüísticas utilizadas para a avaliação são várias: podem ser expressas abertamente (“Achei legal”), podem ser expressas através da escolha de palavras (“Até que enfim chegou”) ou através de uma repetição (“Pensei, pensei, pensei e não descobri”). Mudar de discurso direto para indireto e vice-versa também é uma forma de expressar avaliação; aumento de volume da voz ou gestos são outras formas utilizadas (p.72).

Se avaliação é a parte que revela o que o falante espera do outro participante da interação, então, também revela como o falante está se posicionando com relação ao evento narrado. Portanto, é bastante útil para análise de construções de performances.

3.3.3.2 Crônica

Linde (1993:85) estabelece que “a crônica consiste em recontar uma seqüência de eventos que não têm um ponto avaliativo unificador” e que a ordem em que os eventos são contados é compreendida como a ordem dos eventos (p.87). Ainda segundo a autora, a crônica pode ser vista como ponto de partida para outras narrativas encaixadas (p.88).

De Fina (2003:98) acrescenta que, além de uma ordem temporal, durante pesquisa realizada com imigrantes, verificou uma ordem espacial. Um outro ponto de discordância seria a questão de as crônicas não apresentarem introdução/resumo, orientação ou coda.

As observações de De Fina tanto no que tange à presença de introdução/resumo, orientação ou coda, que, durante minha análise de dados, em alguns casos estiveram presentes, quanto à ordem espacial, procedem. Além desses aspectos mencionados pela autora, verifiquei que a menção de três espaços seguida de uma seqüência também pode ser

considerada uma crônica. Ao contar uma história, Zélio encaixou uma crônica na primeira parte, que era uma explicação, em que mencionava três espaços - casa, casa de amigos e reuniãozinha com amigos - e a seguir relatava uma sequência de movimentos de carinho.

Uma observação que não pode deixar de ser feita é a de que, ao analisar as entrevistas dos sujeitos dessa pesquisa, percebi que, embora não possuísse um ponto avaliativo unificador, as avaliações localizadas em cada evento revelaram posicionamentos dos indivíduos. Como na maioria dos casos as crônicas surgiram como forma de esclarecimento de algum ponto, encaixadas em narrativas, talvez esse seja o motivo de isso ter ocorrido.

3.3.3.3 Explicação

Linde (1993:90) começa seu argumento esclarecendo que a unidade discursiva explicação não deve ser confundida com a função social da explicação. O que a distingue, sobretudo, é a sua estrutura. Segundo a autora, a unidade discursiva explicação “começa com a afirmativa de alguma proposição a ser provada, seguida de uma sequência de afirmativas sobre as razões (frequentemente inúmeras razões encaixadas) do motivo pelo qual deve-se acreditar na proposição” (p.90), frequentemente usando os marcadores porque e então (p.91).

Ainda que não seja uma explicação no sentido de uma função social, que pode ser realizada através de outras unidades discursivas, tem caráter explicativo. Em outras palavras, quando expõe razões para uma proposição, de alguma maneira, explica a proposição. Por outro lado, tem caráter opinativo, pois, quando um indivíduo estabelece uma proposição, está, de alguma maneira, expressando uma opinião acerca de algum assunto. Essa opinião pode ser baseada em algum conhecimento de senso comum ou de versões populares de sistemas ou teorias, em experiências passadas ou em algum conhecimento científico, mas o fato é que, ao emitir uma opinião, o sujeito está se posicionando com relação a algum dado apresentado ou a alguma pergunta emitida pelo(s) outro(s) participante(s) da interação. Assim, essa unidade discursiva também é útil para análise de construção de performances homoafetivas através de histórias de vida a partir de

posicionamentos e alinhamentos dos indivíduos, posto que opinar sobre algo tem relação com se posicionar sobre esse algo.

3.3.4 Mecanismos lexicais e interacionais

Ao analisar histórias de vida nessa pesquisa, enfoquei não só o que era dito, mas como era dito, pois, como bem coloca De Fina (2003:23), a construção³ de identidades tem ligação com o uso de elementos lingüísticos e estratégias de comunicação e retórica.

De Fina (2003:24) estabelece três níveis de dispositivos para análise: nível lexical (pronomes, verbos, construções sintáticas, entre outros), nível pragmático (tipos de implicaturas, relações de causa e efeito, dispositivos de coesão e coerência, entre outros) e nível interacional (estratégias de envolvimento, repetição, instrumentos e estratégias de mudança do mundo da história para o mundo interacional, entre outros).

Em minha análise, enfoquei principalmente os elementos dos níveis lexical e interacional, detalhados abaixo:

lexical

- a) pronomes, verbos, adjetivos, construções sintáticas

interacional

- a) discurso reportado, ritmo, altura e tom de voz, repetição, marcadores discursivos
- b) estratégias de envolvimento ou distanciamento com relação aos personagens da história e à entrevistadora

Como a repetição e o discurso reportado foram muito utilizados pelos entrevistados, é necessário apontar algumas de suas características.

Repetição

Segundo Tannen ([1989]1996), a repetição tem várias funções no discurso. Por estabelecer um paradigma e simplesmente adicionar informações novas, promove produção (p.48). Ao repetir, o falante produz um discurso leve, portanto, facilita a compreensão

³ De Fina usa a palavra expressão, contudo, esta palavra implica em que a identidade já está pronta, esperando para ser expressa. Como não concordo com a idéia de identidade pré-existente, substitui pela palavra construção.

(p.49). Talvez a função mais relevante da repetição seja a conexão, pois ela evidencia a atitude do falante, contribuindo para o significado do discurso (p.50). Repetição também tem função de interação, ligando os participantes entre si e com o discurso (p.52). Por facilitar produção, compreensão, conexão e interação, promove o envolvimento interpessoal (p.52).

Repetir serve a vários propósitos, entre eles, adiar um tópico. Em sua entrevista, Gabe, por exemplo, utiliza a repetição de adiamento, revelando seu desconforto com o tópico tratado e a dificuldade que tinha de falar sobre ele.

Discurso reportado

Tannen ([1989]1996:101) argumenta que há uma relação dinâmica entre discursos reportado e contexto reportado. No momento que um discurso é transportado para outro contexto, ele se altera. De fato, ao analisar as falas de Gabe e Mauro, ambos utilizaram discurso reportado para contar sobre o momento em que decidiram viver juntos. Ambos, através de discurso reportado, se colocam como agentes do casamento. Estariam mentindo propositamente? Se considerarmos os contextos e os posicionamentos assumidos no momento em que as versões foram contadas, percebemos que não. Ambos sentem-se como agentes e, na hora do relato, assim reproduzem suas posições, de forma consonante com posicionamentos assumidos naquelas narrativas. Assim, podemos perceber que o discurso reportado é “um ato tão criativo quanto a criação de um diálogo na ficção ou no drama” (p.101).

Por seu caráter teatral, dando voz a personagens, o discurso reportado cria envolvimento. Dar voz a personagens, ou seja, representar personagens, é uma forma de avaliar a situação narrada. Se a avaliação revela como o falante se posiciona com relação ao evento narrado, como dito na sub-seção anterior, então, o discurso reportado é relevante para perceber posicionamentos.

Histórias de vida possibilitam a construção das diferentes performances de narradores na situação local, bem como as práticas sociais e as crenças ligadas a elas. A análise das estruturas das narrativas mostra a relevância do instrumental fornecido pela Análise da Narrativa para esta pesquisa. Perceber que tipo de história temos, se história de vida, se crônica, se explicação, é um primeiro passo para analisarmos as entrevistas.

Perceber sua estrutura, buscando destacar que avaliações o falante faz, não só o que está sendo contado, mas como é contado, é fundamental para percebermos o que está em questão e como o narrador se posiciona. Assim, para investigar construções de performances homoafetivas, a análise da narrativa é útil, pois contribui sobremaneira para a percepção dos posicionamentos e alinhamentos assumidos e, portanto, para a percepção da construção no momento da interação.

3.4 Posicionamento e alinhamento

Davies e Harré (1990: 48) definem posicionamento como o “processo discursivo através do qual os eus se colocam nas conversações como participantes subjetivamente coerentes, passíveis de observação, na produção conjunta de histórias”. Ainda segundo os autores, o que uma pessoa diz pode tanto posicioná-la como posicionar o outro.

Prosseguindo no tema, argumentam que temos que levar em consideração algumas dimensões para que possamos estabelecer que alguém se posicionou ou posicionou o outro:

- a) palavras utilizadas podem conter imagens e metáforas que invocam maneiras de ser;
- b) os participantes podem não estar cientes disso e podem acreditar que é uma maneira de falar naquele tipo de ocasião, contudo, o fato de ter sido definida como uma determinada ocasião é que a faz aquela ocasião;
- c) a maneira como a ocasião é vista pelos participantes pode variar;
- d) as posições criadas para si e para os outros não fazem parte de uma autobiografia linear, sendo fragmentos acumulados de uma autobiografia vivida;
- e) as posições podem ser vistas em termos de papéis conhecidos ou podem ser efêmeras e envolver mudanças de poder ou de determinadas características de identidades assumidas ou desejadas (Davies e Harré, 1990: 49).

Ou seja, as dimensões consideradas apontam para a importância da interação nos posicionamentos.

Harré & Van Langenhove (1991: 395-6) acrescentam que o posicionamento numa conversação é um conceito metafórico, que faz referência aos atributos morais ou pessoais

do participante da conversação ou narrativa, ressaltando o papel do outro participante na conversação. Se o falante se posiciona como dependente, por exemplo, seu grito de dor vai ser interpretado como pedido de ajuda; se estiver se posicionando como dominador, o mesmo grito de dor será tomado como protesto. Assim, enfatizam o aspecto interativo do posicionamento.

Em artigo publicado anos mais tarde, Harré e Van Langenhove (1999: 196) procuraram relacionar o conceito de posicionamento a outros conceitos, que chamaram de irmãos. Eles argumentaram que papel e posição se determinam mutuamente. Papel estaria para posição assim como cor está para vermelho, ou seja, o papel determina um conjunto de posições compatíveis a ele; por outro lado, a posição assumida só é possível dentro de determinados papéis. No mesmo parágrafo, estabelecem a relação de posição e *footing*, colocando que podem ocorrer simultaneamente, porém, “a posição pode requerer a revelação ou atribuição de características pessoais que não eram relevantes para o *footing*”. Os autores, exemplificando, alegam que um pouco de conhecimento de *rugby* pode dar um dado *footing* a alguém numa discussão sobre um jogo, mas que a pessoa pode mesmo assim ser posicionada como ingênua conforme a conversa prossegue. Ou seja, embora relacionados e, em alguns casos, podendo ocorrer juntos, posicionamento e *footing* seriam diferentes.

Goffman (1979) estabelece que *footing* representa o alinhamento, ou porte, ou posicionamento, ou postura, ou projeção pessoal do participante em relação ao outro, a si próprio ou ao discurso em construção. Segundo o autor, “Uma mudança de *footing* implica uma mudança no alinhamento que assumimos para nós mesmos e para os outros presentes, expressa na forma em que conduzimos a produção ou a recepção de uma elocução” (Goffman, ([1979]1998:75). Se considerarmos que mudamos constantemente de *footing* ao longo das interações e se considerarmos que o *footing* representa alinhamento, podemos dizer que alteramos constantemente nossos alinhamentos durante as interações. Mas então alinhamento e posicionamento seriam o mesmo? Concordo com Harré e Van Langenhove (1999) que não são iguais, ainda que, por vezes, sejam coincidentes. Parece-me que alinhamento estaria totalmente vinculado ao contexto interacional, no nível micro, e posicionamento, ainda que interacional e ligado ao micro, também estaria ligado ao social,

no nível macro, bem como trataria de posições do indivíduo consigo mesmo.⁴ Por exemplo, uma pessoa pode se posicionar como gay e, ao mesmo tempo, se alinhar com mulheres heterossexuais. Um dos entrevistados relata que está menos interessado em sexo hoje do que seu marido, pois preocupa-se mais com o aspecto de companheirismo entre os dois, que atribui à feminilidade, portanto, diz que se sente mais feminino. Ou seja, seu posicionamento claramente é como gay (o relato é sobre seu casamento com um homem), mas se alinha com mulheres heterossexuais. Não se posiciona como mulher; se alinha às mulheres na medida em que reconhece em si alguns atributos que interpreta como de mulheres. É nesta perspectiva que faço a distinção e é nesse sentido que argumento que o alinhamento está mais ligado à interação, no nível micro e que o posicionamento estaria ligado aos dois níveis simultaneamente.

Bamberg (1999: 21), tratando de posicionamento, acrescenta que as pessoas, ao se posicionarem em relação umas às outras, estão, na verdade, produzindo umas às outras como seres sociais.

Segundo o autor, o processo de posicionamento se dá em três níveis: como os participantes se posicionam dentro do evento relatado, como o falante se posiciona com relação à audiência e como o falante se posiciona com relação a si mesmo. O autor ainda especifica que estes níveis de posicionamento podem ser analisados tanto em narrativas de primeira pessoa, quanto de terceira pessoa; tanto em ficções, quanto em autobiografias, ou mesmo em descrições de eventos que ocorreram (Bamberg, 1999: 221-222).

Moita Lopes (2001: 64) coloca que as noções de posicionamento parecem ser úteis para trabalhar questões identitárias, pois possibilitam ver como os locutores se situam nas narrativas, pois “o relato das histórias que vivenciamos é uma forma de trazer à tona como fomos construídos ou como estamos continuamente nos (re-)construindo no próprio ato de relatar as histórias para novos/mesmos interlocutores em outros momentos e espaços” (Moita Lopes, 2001: 65). Ainda segundo o autor, as identidades sociais surgem através da dinâmica de se relatar o que se passou (Moita Lopes, 2001: 65).

Essa colocação nos remete a Wortham (2001:xi-xii), que argumenta que o discurso auto-biográfico tem função representacional, ou seja, ao se descrever como sendo de um

⁴ A reflexão conduzida é a minha elaboração a partir das reflexões da Dra. Liliana Cabral Bastos e Sônia Rosas, coordenadora e colega, respectivamente, do grupo de estudos do qual faço parte Narrativa, Identidade e Trabalho.

determinado tipo, a pessoa molda o próprio eu. Por exemplo, ao descrever eventos em que supera problemas e passa a controlar a própria vida, o narrador reforça e até mesmo cria um eu mais ativo e mais assertivo. Ao mesmo tempo, tem função interacional, pois, quando se representa como superador de problemas, o narrador passa a agir de forma mais assertiva e ativa com relação ao outro participante da interação e, através dessa atuação, se torna esse tipo de pessoa.

Assim, os diversos posicionamentos e alinhamentos assumidos nas interações contribuem para a construção de performances, contudo, como dependem de contextos sociais que estão em constante mudança e na resposta dos outros com relação ao seu posicionamento, essa construção está sempre em andamento (Wortham, 2001:12).

De Fina (2003:20) argumenta que “pesquisadores investigando a representação do eu no mundo das histórias apontaram para os diferentes tipos de posições que os narradores atribuem para si como figuras no mundo das histórias, ao olhar para as escolhas linguísticas que sinalizavam papéis sociais ou pessoais tanto no mundo da história quanto no mundo interacional”. Dessa forma, o posicionamento articula o mundo social mais amplo ao momento da interação.

Os conceitos teóricos de posicionamento e alinhamento, então, são bastante úteis para tratar de construções de performances homoafetivas, posto que articulam performance, interação e mundo social.

3.5 Sociolinguística Interacional

Gumperz e Cook-Gumperz ([1982]1997:1) estabelecem que gênero, etnia e classe são parâmetros e fronteiras dentro das quais criamos nossa identidade social, e que são inconstantes, produzidos comunicativamente. Portanto, para entender questões de identidade e como afetam e são afetadas por divisões sociais, políticas e étnicas, precisamos entender os processos comunicativos pelos quais surgem, analisando a comunicação em termos de seu efeito na vida das pessoas.

Segundo Pereira, Oliveira e Bastos (1995) e Pereira (2001, 2002), a sociolinguística interacional focaliza a interação face a face, em contextos espontâneos e institucionais,

entre eles a fala espontânea e as entrevistas. Ainda segundo as autoras, trata-se de interações situadas, em comunidades específicas ou no cruzamento cultural.

Entretanto, não devemos interpretar que por serem interações situadas estejam desvinculadas da sociedade no seu nível macro. Respondendo à entrevista da revista *PaLavra*, Gumperz coloca

“Ainda que eu nem sempre tenha sido claro a esse respeito, o meu trabalho de fato busca dar conta tanto dos processos interpretativos no nível local como dos processos interpretativos mais gerais, societários, das ideologias lingüísticas e de como eles fazem parte do insumo para os processos inferenciais que determinam os julgamentos de sentido.”

(Gumperz, 2002: 32)

Assim, a Sociolingüística Interacional focaliza tanto as práticas comunicativas realizadas “a partir de forças políticas e econômicas e os relacionamentos de poder”, como também a partir de uma perspectiva construcionista, “que reivindica que nossos mundos sociais são moldados através da interação” (Pereira e Bastos, 2002: 170).

Schiffrin (1997: 42) argumenta que, enquanto contam histórias, os falantes constroem identidades situadas, dentro de um mundo interacional no qual identidades e *status* estão abertos à negociação. Contudo, as histórias também revelariam identidades que pensa-se estarem além daquela situação de fala (como classe, gênero, etnia, etc), tanto através da forma com que são contadas, como pela escolha do que é dito.

Ainda segundo a autora, nos estudos da narrativa e do discurso, a identidade e o contexto são situados localmente, sendo que as diferentes identidades dos participantes vão ser enfatizadas ou apagadas durante momentos diferentes da interação. O contexto seria moldado e remoldado durante as fases da atividade, de modo que as definições da situação emergem ao mesmo tempo que a própria situação (Schiffrin, 1997: 52).

Dessa forma, as identidades que surgem durante as narrativas seriam situadas, porém também teriam uma ligação com o mundo social mais amplo, na medida em que questões de classe, de gênero, de etnia, entre outras, que estariam além da fala daquele momento, podem aparecer. Entretanto, se partimos do pressuposto que as identidades são construídas na interação, então, as questões do mundo social mais amplo e as identidades que estariam além da situação da fala são re-construídas no momento da interação; o

diálogo que se estabelece entre a situação da interação e o mundo social mais amplo as re-significa.

Ellis (1999:39), tratando da questão micro-macro em termos de comunicação, argumenta que as “macro-estruturas são reificações e idealizações que estão logicamente e empiricamente relacionadas aos micro-eventos (encontros comunicativos)”. Nesse sentido, “devem sua existência aos micro-eventos, que, por sua vez, devem sua existência, em parte, às macro-realidades”. Ou seja, o mundo social está inserido nas interações que, por sua vez, reinterpretam e alteram o mundo social. Assim, suas colocações sobre as relações entre os níveis micro e macro se afinam com a Sociolinguística Interacional, que percebe os encontros sociais tanto a partir da situação local, quanto a partir de forças oriundas do mundo social mais amplo.

Em termos de condução das narrativas, a relação entre os níveis micro e macro se faz presente. O estigma social da homoafetividade, por exemplo, permeia os discursos dos entrevistados, influenciando e sendo percebido na situação local de interação; por outro lado, a situação local da interação também alterou o curso e os posicionamentos e alinhamentos das narrativas.

No caso específico dessa pesquisa, a Sociolinguística Interacional será de suma importância, posto que articula o nível macro ao micro e vice-versa. Se consideramos que as construções de performances se fazem localmente, porém em constante diálogo com o mundo social mais amplo, essa articulação é necessária.

3.6 Metodologia

A pesquisa é de natureza qualitativa e interpretativista. Qualitativa porque diz respeito ao como e ao porque algo ocorre (Johnstone, 2000:35), pois o objetivo não é a generalização, mas a reflexão sobre os dados. Interpretativista porque busca interpretar a realidade social a partir dos participantes em um contexto específico, sem pretender oferecer a única interpretação possível (Santana, 2003:235).

O método empregado é a entrevista gravada em áudio, pois alguns sujeitos não queriam ser filmados.

Linde (1993:59-60) aponta para o fato de que a situação de entrevista não exclui a natureza social da linguagem, pois nos vimos frequentemente em situações de entrevista (entrevista em consulta médica, no cabeleireiro, etc), ou seja, a “entrevista é parte da realidade da vida”. Ainda segundo a autora, no caso específico da história de vida, dados obtidos em entrevista podem ser utilizados “porque a história de vida, como meio principal de auto-representação, ocorre naturalmente numa grande variedade de contextos (inclusive entrevistas)” (p.61). Entretanto, o pesquisador deve tomar cuidado para não induzir o falante a produzir um discurso que não seria produzido em outras circunstâncias (p.59).

Devido a isso, nas entrevistas, na medida do possível, procurei não fazer perguntas acerca dos temas que queria tratar, pois acreditava que poderiam ocorrer naturalmente, sem minha interferência, o que de fato aconteceu com relação a vários deles.

Um outro aspecto deve ser abordado: o distanciamento e a familiaridade com relação ao universo pesquisado. Por um lado, posso dizer que há familiaridade com relação aos sujeitos analisados, posto que todos pertencem às camadas médias e médias altas, são moradores da zona sul da cidade do Rio de Janeiro e possuem nível superior como eu. Por outro, há distanciamento, considerando-se que não porto o estigma que carregam, entre outros fatores. Enfim, o universo abordado é, nos termos de Heilborn (2004:70), “exótico e familiar”. Porém, o valor de se levantar essa questão é o fato de que evidencia o caráter interacional das pesquisas. Há um diálogo, ainda que não expreso verbalmente, na hora em que o pesquisador analisa os dados, sobretudo quando a pesquisa é interpretativa. O que o pesquisador faz é uma interpretação possível, jamais a única.

É assim que me posiciono com relação a esta investigação: faço aqui uma interpretação dos dados coletados, sem a pretensão de ter esgotado todas as possibilidades.

Passo agora para as sub-seções desse capítulo, onde trato da contextualização da coleta dos dados, de como fiz as entrevistas, dos indivíduos selecionados e da forma com que dividi em temas as histórias narradas.

3.6.1 Contextualização da coleta de dados

Foram entrevistados dez sujeitos: seis na faixa etária entre 40 e 50 anos e quatro entre 20 e 30 anos. Todos os sujeitos têm nível superior, pertencem às camadas médias e

médias altas e são moradores da zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Todos os sujeitos foram indicados por parentes minhas: os quatro sujeitos entre 20 e 30 anos são amigos de uma sobrinha; dos entrevistados na faixa entre 40 e 50 anos, três são amigos de uma prima, um é companheiro de trabalho de uma cunhada e dois são amigos de uma tia. Eu já conhecia os quatro amigos de minha sobrinha, porém apenas de festas e eventos familiares, não podendo dizer que são amigos meus; para eles, sou a tia legal da Pati⁵, divertida, boa de papo, mas nada mais que isso. Quanto aos outros sujeitos, não conhecia nenhum deles, com exceção de um amigo de minha prima que conhecia por telefone, do tempo em que trabalhava com revisão, quando ligava para ele a fim de saber o quanto podia cobrar de meus clientes (ele estava sempre atualizado com as tabelas). Porém, como passei a me dedicar exclusivamente aos estudos desde 2000, ano do meu ingresso no mestrado, não falava com Joel há 3 anos.

As entrevistas foram realizadas nas residências dos entrevistados, com exceção de três deles, que foram à minha casa. Todas as entrevistas foram realizadas ao longo do ano 2003. Todas tiveram de uma a duas horas de duração.

Devido ao fato de as entrevistas terem sido longas, cujo resultado foi um material vasto demais, selecionei quatro delas para esta tese: duas feitas com indivíduos casados⁶ entre si, na faixa etária entre 20 e 30 anos e duas com indivíduos também casados entre si, na faixa etária entre 40 e 50 anos. Procurei escolher dois casais pois, para investigar a construção que os sujeitos fazem sobre casamento, acreditei ser mais útil examinar aqueles que se encontravam nessa situação.

A transcrição das fitas foi feita da seguinte maneira: a) Gabe e Mauro - uma pessoa contratada por mim fez a transcrição, sem colocar as convenções de transcrição e depois eu revisei o trabalho e coloquei as convenções de transcrição necessárias; b) Zélio – uma pessoa contratada por mim fez a transcrição com as convenções de transcrição e eu depois revisei e alterei conforme necessário; c) Lauro – uma pessoa contratada por mim fez a transcrição, outra colocou as convenções de transcrição e eu depois revisei e alterei o que achei necessário⁷.

⁵ Todos os nomes dos sujeitos e das pessoas relacionadas a eles foram trocados a fim de garantir privacidade.

⁶ Estou chamando de casados aqueles que partilham de uma vida em comum, financeira e afetivamente, residindo na mesma casa.

3.6.2 Entrevistas

Procurei fazer o mínimo de perguntas programadas a fim de evitar influenciar as histórias que seriam contadas. Evidentemente, o próprio fato de ser uma entrevista já é um dado de influência, posto que as narrativas não surgiram de uma conversa espontânea. Entretanto, ao trabalhar com temas e não com perguntas pré-estabelecidas, várias histórias surgiram sem que eu as tivesse estimulado diretamente. Antes da entrevista, falava aos sujeitos que, com exceção das perguntas de praxe (idade, escolaridade, profissão, religião, número de irmãos, pais), eu só faria uma pergunta, que funcionaria como estopim, caso fosse necessário. Esta pergunta, “o que é ser gay para você?”, em alguns casos, foi feita no início, após as perguntas de praxe e, em outros, foi feita no meio da entrevista. Também foi colocado que eu tinha temas que queria abordar e que, se não fossem mencionados naturalmente, ao longo das histórias, iria abordá-los. Contudo, não revelei antecipadamente nem as perguntas, nem os temas.

Os temas foram: a) casamento ou relacionamentos estáveis e suas implicações (fidelidade, ciúme, relacionamento social, paternidade); b) quando e como “saiu do armário” (com relação a si mesmo, aos parentes e amigos, ao trabalho); c) início da vivência da sexualidade (encontros homo e/ou heterossexuais); d) aspectos relativos a discriminações (positiva e negativa); e) relação com o gueto (ida a bares exclusivamente gays ou gls⁸, consumo de produtos destinados ao universo homoafetivo, uso de internet).

3.6.3 Entrevistados selecionados

Gabe, na ocasião da entrevista, tinha vinte e sete anos de idade. Formado em Comunicação, trabalhava em uma ong como fotógrafo e editor de imagem. Morava no Horto, bairro da zona sul da cidade do Rio de Janeiro e estava casado com Mauro há cerca de cinco anos.

Lauro tinha quarenta e três anos e estava terminando o Doutorado em Educação. Trabalhava em uma universidade na cidade do Rio de Janeiro como técnico em assuntos educacionais em convênio de pesquisa e consultoria para um órgão internacional na área de

⁷ Conferir as convenções de transcrição nas páginas 13 e 14.

junventude, violência e cidadania e também lecionava sociologia e políticas públicas para calouros em Educação. Na ocasião da entrevista, Lauro estava casado com Zélio há cerca de quinze anos.

Mauro tinha vinte e sete anos. Formado em Psicologia, trabalhava na mesma ong que Gabe exercendo diversas atividades, entre elas produção, organização, contratação, entrevistas, bem como ensino.

Zélio tinha quarenta e dois anos. Formado em Hotelaria e Turismo, trabalhava na administração do posto de gasolina de seu pai. Além desta atividade, trabalhava como enfermeiro em um hospital público de Niterói.

Gabe e Mauro continuam casados e se mudaram para o Bairro Peixoto, em Copacabana. Gabe hoje trabalha como professor universitário e Mauro continua na mesma atividade. Lauro e Zélio também continuam casados e morando no mesmo apartamento, mas não obtive informações quanto a suas vidas profissionais.

3.6.4 A divisão por temas

As histórias pinçadas das entrevistas foram divididas em dois temas principais: homoafetividade e família e homoafetividade e relacionamentos amorosos. Entretanto, como Lauro menciona família apenas em uma explicação encaixada, no caso dele, dividi em homoafetividade e homoafetividade e relacionamentos amorosos. O objetivo de tal divisão é que quis analisar casos de sair do armário consigo mesmo e com a família, bem como analisar os relacionamentos amorosos que tiveram e o casamento que viviam na época.

Das histórias analisadas de Gabe, três foram sobre sair do armário (com seu pai, com sua mãe e com seu irmão) e três sobre relacionamentos amorosos (seu casamento com Mauro, seu namoro com Tati e sua paixão por Omar).

Das cinco histórias analisadas de Lauro acerca de homoafetividade, uma tratava de quando se apaixonou pela primeira vez e quatro sobre sua experiência como gay, envolvendo sua definição sobre ser gay, sua vivência com o estigma, sua relação com a cultura gay e sua afinidade com mulheres. Quanto a relacionamentos amorosos, analisei

⁸ Gls é a sigla para gays, lésbicas e simpatizantes.

três histórias sobre seu relacionamento com o marido, uma sobre casamento em geral e uma sobre sua visão no que se refere a casos amorosos fortuitos.

As histórias de Mauro sobre homoafetividade e família analisadas foram cinco: três sobre sair do armário consigo mesmo e com sua família, uma sobre preconceito contra gays e uma sobre a relação entre promiscuidade e homoafetividade. As três histórias sobre relacionamentos amorosos compreendem seu primeiro namorado, seu relacionamento com uma mulher e seu casamento com Gabe.

Analisei quatro histórias de Zélio sobre homoafetividade e família: uma sobre sua relação com os pais e a irmã, duas sobre homoafetividade *per se* e uma sobre seus sentimentos na infância. Quanto a relacionamentos amorosos, analisei uma sobre seu casamento e uma sobre casos amorosos sem importância.

A razão de haver disparidade do número de histórias analisadas é o fato de algumas serem muito longas e outras curtas, motivo pelo qual analiso as narrativas de cada indivíduo separadamente para depois traçar um quadro geral dos quatro.

Os instrumentos utilizados foram a análise da narrativa e os conceitos de posicionamento e alinhamento, a partir da teoria queer e das questões relativas a estigma, levando em conta os pressupostos da sociolinguística interacional.